



Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo



ATO CONVOCATÓRIO 007/2014.

CONTRATO DE GESTÃO IGAM Nº 002/2012.

EMBASAMENTO LEGAL: Resolução Conjunta SEMAD/IGAM n.º 1.044, de 30 de outubro de 2009.

MODALIDADE: Coleta de Preços

TIPO: Técnica e Preço

ENQUADRAMENTO: Plano de Aplicação (PPA)

Componente: III - Programas e Ações de Planejamento

Ação Programada: III.2.1.1 (Implantação de projetos hidroambientais demandados pelos SCBH)

Atividade: contratação de instituição ou empresa especializada para realizar cursos de capacitação e oficinas de difusão dirigidos aos produtores rurais da bacia, abordando as técnicas adequadas de uso do solo, conservação e proteção em áreas rurais, com respectivas atividades de mobilização e divulgação de material informativo e articulação da educação para trabalhos socioambientais de adoção sub-bacias ou microbacias.

Categoria: 92,5%

“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO OU EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E OFICINAS DE DIFUSÃO DIRIGIDOS AOS PRODUTORES RURAIS DA BACIA, ABORDANDO AS TÉCNICAS ADEQUADAS DE USO DO SOLO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO EM ÁREAS RURAIS, COM RESPECTIVAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA TRABALHOS SOCIOAMBIENTAIS DE ADOÇÃO SUB-BACIAS OU MICROBACIAS”

Dezembro / 2014

Rua Carijós, 166 - 5º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - 30.120-060

Tels.: (31) 3207.8500 - E-mail: licitacao@agbpeixevivo.org.br



SUMÁRIO



PREÂMBULO 3

1 - OBJETO..... 3

2 - DISPOSIÇÕES SOBRE A SELEÇÃO..... 3

3 - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO 4

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO 5

5 - DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA 5

6 - HABILITAÇÃO..... 6

7 - PROPOSTA TÉCNICA 8

8 - PROPOSTA DE PREÇO 10

9 - RECURSOS 11

10 - ADJUDICAÇÃO 11

11 - HOMOLOGAÇÃO 11

12 - FORMA DE PAGAMENTO..... 12

13 - PENALIDADES..... 12

14 - INSTRUÇÕES GERAIS 13

15 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATORIO 13

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 14

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 15

ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO 31

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CAFIMP - CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL 32

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PROTEÇÃO AO MENOR 33

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE..... 34

ANEXO VI - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA 35

Formulário 1 - Experiência da empresa/entidade com relação aos serviços 36

Formulário 2 - Adequação da Proposta de Trabalho e Metodologia ao Termo de Referência ... 37

Formulário 3 - Composição da Equipe e Atribuição de Tarefas..... 38

Formulário 4 - Currículo da Equipe Chave Proposta..... 39

Formulário 5 – Atestados de capacidade técnica e/ou declaração e/ou instrumento equivalente da Equipe Chave..... 40

Formulário 6 - Cronograma de Trabalho..... 41

ANEXO VII - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO 42

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO..... 43

AVISO IMPORTANTE – INSTRUÇÕES GERAIS DE MONTAGEM DAS PROPOSTAS 49



PREÂMBULO

A Associação Executiva de Apoio a Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo torna público aos interessados, de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM n.º 1.044, de 30 de outubro de 2009, que convida empresas ou entidades para apresentar propostas de fornecimento do objeto desta seleção, cuja modalidade é **Coleta de Preços, Tipo: Técnica e Preço** objetivando atender o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, conforme descrito no Termo de Referência (TDR) presente no **Anexo I**.

Os interessados poderão obter maiores informações sobre a contratação e as condições de participação através do endereço eletrônico da AGB Peixe Vivo, www.agbpeixe vivo.org.br, a partir de **22/12/2014** até **28/01/2015**, e pelo e-mail: licitacao@agbpeixe vivo.org.br.

As propostas deverão ser **entregues até o dia 28/01/2014, às 10:00 horas**, e a **abertura das mesmas ocorrerá no dia 28/01/2015 às 10:30 horas**, na sede da AGB Peixe Vivo, à Rua dos Carijós, nº 166, 5º andar - Centro, Belo Horizonte - MG.

1 - OBJETO

1.1 - A presente Seleção tem como objeto a *“CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO OU EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E OFICINAS DE DIFUSÃO DIRIGIDOS AOS PRODUTORES RURAIS DA BACIA, ABORDANDO AS TÉCNICAS ADEQUADAS DE USO DO SOLO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO EM ÁREAS RURAIS, COM RESPECTIVAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA TRABALHOS SOCIOAMBIENTAIS DE ADOÇÃO SUB-BACIAS OU MICROBACIAS”*, conforme Termo de Referência (**Anexo I**).

2 - DISPOSIÇÕES SOBRE A SELEÇÃO

2.1 - O quantitativo do contrato pode ser alterado unilateralmente pela AGB Peixe Vivo em até 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos.

2.2 - O interessado, ou seu representante, deverá identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

2.3 - Poderão participar desta seleção todos os interessados que atenderem a suas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Ato Convocatório e seus Anexos, sendo vedada a participação de interessados cuja atividade não seja compatível com o objeto desta seleção.

2.4 - É vedada à participação de empresa / entidade cujo dirigente participe, como acionista, de outra empresa / entidade, do mesmo ramo, também concorrente nesta seleção.

2.5 – Será permitida a participação de empresas / entidades associadas ou em consórcio, ficando sob inteira responsabilidade da concorrente o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade.

2.6 - É vedada a participação de interessadas que se enquadrem em uma das situações a seguir descritas:

- a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública;
- b) tenham sido declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) concordatárias, sob o processo de intervenção, liquidação, falência, recuperação judicial ou dissolução;
- d) que estejam inscritos no CAFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, modelo de Declaração (**Anexo III**).
- e) tenha em seu quadro permanente ou de prestadores de serviços eventuais, profissionais que sejam membros dos Comitês para os quais a AGB Peixe Vivo exerce função de Secretaria Executiva ou parentesco com qualquer funcionário da AGB Peixe Vivo (Órgãos da Administração, Diretoria Geral, Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).



2.7 - É vedada a cessão ou transferência no todo ou em parte do contrato objeto desta seleção, sem expressa anuência da AGB Peixe Vivo.

2.8 - É vedada a contratação de cônjuge, companheiro (a), parentes, até o terceiro grau, de funcionários da AGB Peixe Vivo, bem como a contratação de consultoras cujo dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto estejam incluídos nessas condições.

2.9 - O Concorrente deve arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização pela realização de tais atos.

2.10 - O interessado que tiver dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação do(s) Termo(s) deste Edital poderá solicitar à Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo, por escrito. Os pedidos deverão ser solicitados em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de abertura dos envelopes, a fim de permitir que haja tempo para resposta. Os esclarecimentos serão respondidos aos interessados também por escrito.

2.11 - Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone.

2.12 - Durante o período compreendido entre a data de entrega dos envelopes “Habilitação e Proposta de Preço” e a homologação da Seleção, o Concorrente deverá abster-se de entrar em contato verbal com os membros da Comissão para assuntos correlatos.

2.13 - As intervenções no processo de Seleção somente se darão por representante do concorrente munido da respectiva qualificação (contrato social, procuração e/ou credenciamento), mencionando que lhe são conferidos pela empresa amplos poderes para tanto, inclusive para receber intimações, desistir de recursos e manifestar-se sobre quaisquer questões administrativas e técnicas.

2.14 - A participação na seleção implica no conhecimento do Termo(s) deste Edital e seu(s) Anexo(s), bem como a observância dos regulamentos, normas e disposições legais pertinentes.

2.15 - Os documentos e as propostas de cada proponente serão entregues em 03 (três) envelopes lacrados, “1” ,“2” e “3”, pessoalmente, pelo seu representante ou enviado pelos **correios com data de chegada** ao endereço da AGB Peixe Vivo **até o dia 28/01/2015, às 10:00 horas, com a indicação do Ato Convocatório, endereço completo; telefone; e-mail.**

- a) O **envelope “1”** conterá a documentação de Habilitação.
- b) O **envelope “2”** conterá a Proposta Técnica.
- c) O **envelope “3”** conterá a Proposta de Preço.
- d) Os envelopes protocolizados sem a indicação do Ato Convocatório, endereço completo; telefone; e-mail; e, responsável para contato poderão ser abertos pela Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo e serão devolvidos à empresa proponente.
- e) Após a entrega dos envelopes, a Comissão de Julgamento não aceitará, em nenhuma hipótese, a substituição ou anexação de qualquer novo documento por parte dos Proponentes.

3 - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

3.1 - A Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo será formada por 03 (três) funcionários da AGB Peixe Vivo designados pela Diretoria Geral da AGB Peixe Vivo.

3.2 - A AGB Peixe Vivo poderá convidar outros representantes de outras entidades para integrar a Comissão de Julgamento, podendo inclusive nomear uma Comissão Técnica específica para avaliar as Propostas Técnicas.

3.3 - Caberá à Comissão de Seleção e Julgamento receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos a este Ato Convocatório.

3.4 - A Comissão de Seleção e Julgamento poderá ser assessorada técnica e juridicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres técnicos específicos a sua área de competência.



4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



4.1 - Qualquer manifestação em relação ao presente Ato Convocatório fica condicionada à apresentação de documento de identificação acompanhado de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em Cartório competente ou cópia do contrato social (também devidamente autenticado por Cartório competente) em se tratando de sócio, dirigente ou proprietário da empresa, conforme Modelo de Carta de Credenciamento constante do **Anexo II** deste Ato Convocatório.

4.1.1 - A Carta de Credenciamento e demais documentos previstos no subitem 4.1 deverão ser apresentados ao Presidente da Comissão de Julgamento da AGB Peixe Vivo para credenciamento, no momento da abertura do Ato Convocatório, devendo o mesmo prever a outorga de poderes ao representante legal para praticar todos os atos pertinentes à seleção de fornecedores, em nome da pessoa jurídica proponente.

4.2 - A não apresentação ou incorreção dos documentos de que trata o subitem 4.1 impedirá o representante da pessoa jurídica de se manifestar e responder por ela e, neste caso, a sua participação será aceita simplesmente na condição de ouvinte.

4.3 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa jurídica, o que automaticamente leva a suas inabilitações.

4.4 - As manifestações de cada pessoa jurídica em todos os procedimentos se darão através de somente 01 (um) representante. Outros representantes, porventura presentes, se manifestarão através deste, previamente credenciado pelo Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo.

5 - DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA

5.1 - A abertura da presente Seleção dar-se-á no dia, hora e local indicado no preâmbulo do presente Ato Convocatório, e os trabalhos obedecerão à ordem dos procedimentos que se segue:

5.1.1 - Inicialmente será realizado o credenciamento dos representantes das Proponentes, através do documento indicado no **(Anexo II)** e seguintes deste Ato Convocatório, e ainda, mediante apresentação do respectivo documento pessoal de identificação.

5.1.2 - A Comissão de Seleção e Julgamento e todos os representantes presentes, legais ou credenciados, das proponentes, rubricarão os Envelopes, procedendo-se, em seguida, à abertura do Envelope "1".

5.1.3 - Os envelopes contendo a Proposta Técnica (Envelope nº 02) e Proposta de Preço (Envelope nº 03) serão mantidos fechados e rubricados pelos representantes das proponentes presentes e pelos membros da Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo, até o início da segunda e terceira fases.

5.2 - Primeira Fase: Esta fase compreende a análise da "**HABILITAÇÃO**" de todas as Proponentes que será realizada no mesmo dia e local da sessão pública e demais disposições do Ato Convocatório.

5.2.1 - Os documentos constantes do Envelope "1" serão, igualmente, rubricados pela Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo e pelos representantes credenciados das Proponentes.

5.2.2 - Se todos os interessados forem inabilitados, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá fixar o prazo de 03 (três dias) úteis para apresentação de nova documentação de habilitação, livre das causas da inabilitação, permanecendo em seu poder os demais envelopes, devidamente fechados e rubricados por todos os representantes presentes das proponentes.

5.2.3 - Se um ou mais interessados forem habilitados, a Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo deverá verificar a intenção de recorrer da proponente e iniciar a segunda fase somente após exauridos os prazos recursais.



5.2.4 – Se todos os interessados forem habilitados, a Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo irá iniciar a segunda fase, com a Abertura dos envelopes nº 2 – Proposta Técnica.



5.3 - Segunda Fase: Esta fase compreende a abertura dos envelopes contendo as “**PROPOSTAS TÉCNICAS**”, que poderá ocorrer no mesmo dia e local da Sessão Pública de Abertura dos Envelopes referentes à Habilitação ou em data a ser marcada pela referida Comissão.

5.3.1 - Os documentos constantes do Envelope “2” serão, igualmente, rubricados pela Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo e pelos representantes credenciados das Proponentes.

5.3.2 - A Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo poderá, a seu critério solicitar o auxílio de técnicos/funcionários da AGB Peixe Vivo para avaliar as Propostas Técnicas apresentadas, sendo então marcada nova data para a divulgação das Notas atribuídas e para abertura das Propostas de Preço.

5.3.3 – Os membros da Comissão que irão avaliar a Proposta Técnica deverão, individualmente, indicar as Notas Técnicas e coletivamente apresentar, inclusive com subcritérios, justificativa/motivação, com exposição de motivos, em Documento/Nota Técnica/Relatório consolidado de todas as notas atribuídas aos participantes para que a Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo possa, após concluída esta etapa, fazer publicar o resultado.

5.3.4 - Se todos os interessados forem inabilitados, a AGB Peixe Vivo poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova Proposta Técnica, escoimada das causas da inabilitação, permanecendo em seu poder os demais envelopes, devidamente fechados e rubricados por todos os representantes presentes das proponentes.

5.4 – Terceira Fase: Esta fase compreende a análise dos valores apresentados no envelope nº 03 “**PROPOSTA DE PREÇO**” de todas as proponentes habilitadas e que e que obtiverem pontuação superior a 60 (sessenta) pontos na Proposta Técnica.

5.4.1 - Os documentos constantes do Envelope “3” serão, igualmente, rubricados pela Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo e pelos representantes credenciados das Proponentes.

5.5 - A Comissão poderá, em qualquer fase deste Ato Convocatório, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.6 - As sessões públicas serão lavradas em Ata que serão assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, legais ou credenciados, das Proponentes, nas quais se consignarão eventuais reclamações ou ressalvas feitas pelas mesmas.

6 - HABILITAÇÃO

6.1 - A documentação da habilitação deve ser entregue em envelope lacrado com a indicação externa envelope “1” - “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, distinto dos envelopes com a proposta técnica e a proposta de preço.

**ENVELOPE Nº. 01 (IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE)
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014
HABILITAÇÃO**

ENDEREÇO COMPLETO; TELEFONE; E-MAIL; E, RESPONSÁVEL PARA CONTATO

6.2 - A habilitação far-se-á com a verificação de que o concorrente atende às exigências do Ato Convocatório quanto à apresentação dos **Anexos IV** (Proteção ao menor), **Anexo V** (Declaração de Disponibilidade), Regularidade Fiscal, Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Capacidade Técnica.

6.2.1 - O envelope nº 01, com título Habilitação, deverá conter, sob pena de inabilitação, em sua única via, e em plena validade, os documentos relacionados neste item e em seus subitens.



6.2.2 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial.



6.2.3 - Os documentos exigidos no envelope nº. 01:

- **Declaração “Proteção ao menor”**
- **Capacidade Técnica / Declaração de Disponibilidade**
- **Declaração CAFIMP**
- **Regularidade fiscal**
- **Habilitação jurídica**
- **Qualificação econômica-financeira**

6.3 - Proteção ao menor

6.3.1 - Para se habilitar, o proponente deve declarar, sob as penas da lei que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, podendo ser utilizado preenchimento modelo (**Anexo IV**).

6.4 - Regularidade fiscal

6.4.1 - O proponente deve provar a sua regularidade fiscal, mediante apresentação de certidão negativa de débitos, ou certidão positiva de débitos com efeitos de negativa:

- a) relativa à Previdência Social - INSS;
- b) relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) junto à Receita Federal; Fazenda Estadual e Fazenda Municipal da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e,
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (a certidão deverá ser nacional, com validade de 180 dias e deverá constar a situação da pessoa jurídica pesquisada em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais).

6.5 - Habilitação jurídica

6.5.1 - O proponente deve demonstrar sua habilitação jurídica mediante:

- a) cédula de identidade do representante legal da proponente;
- b) requerimento de empresário individual (REMP), no caso de empresário individual, ou,
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou,
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.5.2 - Os documentos mencionados no subitem anterior deverão acompanhar todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.5.3 - O estatuto ou contrato social em vigor deve ser de natureza pertinente e compatível com o objeto deste Ato Convocatório, sob pena de inabilitação da empresa.

6.6 - Qualificação econômico-financeira

6.6.1 - O proponente deve comprovar a sua qualificação-financeira:



a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa / entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente assinado pelo Contador e pelo Responsável Legal da Empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (Esta certidão somente será considerada válida no ORIGINAL ou autenticada).

6.7 – Capacidade Técnica

6.7.1 - A Qualificação Técnica consiste em:

- a) comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver;
- b) apresentar declaração de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da seleção, assinada pelo representante legal, da empresa, conforme (**Anexo V**).

6.8 - Realizada a abertura dos envelopes destinados à Habilitação, a Comissão lavrará Ata indicando os habilitados e motivando a recusa da documentação dos inabilitados.

6.9 - Serão inabilitados os Concorrentes:

- a) que não atendam às exigências deste Ato Convocatório;
- b) que não apresentarem a Documentação de Habilitação pertinente.

6.10 - Se todos os interessados forem inabilitados, a AGB Peixe Vivo poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação de habilitação, escoimada das causas da inabilitação, permanecendo em seu poder os demais envelopes, devidamente fechados e rubricados por todos os representantes presentes das proponentes.

6.11 - Encerrada a etapa de abertura dos envelopes destinados à Habilitação e sua análise, proceder-se-á à abertura do envelope 2 - "PROPOSTA TÉCNICA", para verificação do atendimento das condições fixadas no Ato Convocatório.

7 - PROPOSTA TÉCNICA

7.1 - Não havendo manifestação na sessão pública de interesse em recorrer da decisão que habilitar ou inabilitar concorrentes, será promovida a abertura dos **envelopes "2"**, contendo a "PROPOSTA TÉCNICA", distinto dos envelopes com a habilitação que deve conter a indicação externa:

**ENVELOPE Nº. 02 (IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE)
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014
PROPOSTA TÉCNICA**

ENDEREÇO COMPLETO; TELEFONE; E-MAIL; E, RESPONSÁVEL PARA CONTATO

7.2 - Os documentos relativos à Proposta Técnica poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.3 – O Julgamento da Proposta Técnica do participante será processada com base na avaliação da experiência da consultora, mediante a apresentação de documentos comprobatórios; da metodologia de trabalho a ser apresentada para execução dos Produtos solicitados no **Termo de Referência (Anexo I)**, e na avaliação dos documentos comprobatórios da formação e experiência profissional dos membros da equipe-chave, de acordo com tabela a seguir:





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO			Pontos Máximos
i	Experiência em relação de Biomonitoramento conforme disposto no TDR (Ver Formulário 1 - Experiência da empresa / entidade com relação aos serviços) A partir de 7 experiências = 20 pontos De 04 a 6 experiências = 12 pontos De 01 a 03 experiências = 7 pontos		20
ii	Adequação da Proposta de Trabalho e Metodologia ao Termo de Referência, a ser apresentada em no máximo 30 (trinta) páginas. (Ver Formulário 2 - Adequação da Proposta de Trabalho e Metodologia ao Termo de Referência) Muito bom = 20 pontos Bom = 16 pontos Regular = 12 pontos Fraco = 8 pontos Insatisfatório = 4 ponto		20
Quantidade	Qualificação da Equipe Chave		60
01	Profissional de nível superior, e comprovada experiência de no mínimo 03 (três) anos em coordenação ou desenvolvimento de cursos e oficinas de treinamento, capacitação ou atividades similares comprovados por meio de atestados técnicos. - 04 (quatro) pontos para cada atestado técnico e/ou declaração e/ou instrumento equivalente - máximo de 05 (cinco) documentos, pontuando no máximo 15 (quinze) pontos.	Máximo: 20 pontos	20
01	Profissional formado em Agronomia, ou Engenharia Florestal, ou Engenharia Agrícola, ou Engenharia Ambiental, ou Pedagogia, ou Geografia e comprovada experiência de em elaboração ou desenvolvimento de trabalhos de campo, comprovados por meio de atestados técnicos. - 04 (quatro) pontos para cada atestado técnico e/ou declaração e/ou instrumento equivalente - máximo de 05 (cinco) documentos, pontuando no máximo 15 (quinze) pontos.	Máximo: 20 pontos	20
02	Profissionais de nível superior completo com experiência em mobilização social e/ou educação ambiental. - 04 (quatro) pontos para cada atestado técnico e/ou declaração e/ou instrumento equivalente - máximo de 05 (cinco) documentos, pontuando no máximo 15 (quinze) pontos; sendo que cada profissional deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado técnico e/ou declaração e/ou instrumento equivalente.	Máximo: 20 pontos	20
TOTAL			100

7.3.1 - Serão classificadas somente as propostas técnicas que obtiverem pontuação superior a 70 (setenta) pontos e consideradas aptas para abertura das respectivas propostas de preço.

7.3.2 – O proponente deverá anexar junto à Proposta Técnica todos os comprovantes de escolaridade, Atestados, Declarações e ou documentos permitidos pela legislação vigente, para fins de pontuação da Equipe Chave.

7.3.3 – O Coordenador Geral do Projeto deverá ser profissional formado no mínimo há 10 (dez) anos em nível superior, com Especialização ou Mestrado ou Doutorado com experiência em Coordenação de Projetos ou cargos de Gerência; Experiência em projetos em monitoramento ambiental (biomonitoramento) e trabalhos em bacias hidrográficas, preferencialmente na bacia do rio das Velhas e/ou bacia do rio São Francisco. O Coordenador Geral do Projeto será o representante da empresa / entidade.



7.3.4 - A Consultora deverá disponibilizar equipe de apoio que não será pontuada. Sugere-se a seguinte equipe:

- 02 profissionais de nível técnico ou superior (palestristas) para auxiliar nas atividades dos cursos e oficinas;
- 02 profissionais de nível técnico ou superior para auxiliar nas atividades de campo.



7.3.4.1 - Na proposta técnica deverá ser apresentado o organograma de toda equipe, descrevendo as funções de cada integrante da equipe chave e da equipe de apoio.

7.3.5 - A Concorrente que não atender o item 7.3.1 não será classificada.

7.4 – A Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo poderá, a seu critério solicitar o auxílio de técnicos/funcionários da AGB Peixe Vivo para avaliar as Propostas Técnicas apresentadas, sendo então marcada nova data para a divulgação das Notas atribuídas e para abertura das Propostas de Preço.

7.6 - Critérios de julgamento

7.6.1 – O julgamento das propostas técnicas serão realizados em conformidade com o tipo TÉCNICA E PREÇO, e será vencedor o participante que alcançar a **MAIOR PONTUAÇÃO = MP (IT + IP)**, levando-se em conta os pesos 0,6 e 0,4 fixados, respectivamente, para a técnica e para o preço, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = [(IT \times 0,6) + (IP \times 0,4)]$$

Onde:

IT (índice técnico) = PONTUAÇÃO TÉCNICA MÉDIA (média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Julgamento), obtida pelo participante;

IP (índice de preço) = VALOR DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO dividido pelo VALOR DA PROPOSTA do participante em avaliação, levando-se em consideração até duas casas decimais, sendo o resultado do quociente multiplicado por 100, e desta maneira, a pontuação da proposta de menor preço será igual a 100,00 (cem vírgula zero zero);

7.6.1.1 - As Propostas Técnicas serão julgadas, quanto ao seu conteúdo, e obterão Notas (que deverão variar de 0 a 100) atribuídas pelos componentes da Comissão de Julgamento.

7.6.1.2 - Será adotado, para efeito de avaliação técnica, o **FATOR MULTIPLICADOR IGUAL A 0,6 (zero vírgula seis)**.

7.6.2 - As Propostas Técnicas serão avaliadas pela Comissão de Julgamento, e as notas serão lançadas na **PLANILHA DE CÁLCULO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA, para fins da apuração do ÍNDICE TÉCNICO (IT)** de cada participante. A nota técnica de cada participante será igual à média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo.

8 - PROPOSTA DE PREÇO

8.1 - O envelope contendo a proposta de preço deve ser entregue em envelope lacrado com a indicação externa **envelope “3” - “PROPOSTA DE PREÇO”**, distinto do envelope 1, que deverá conter a documentação de habilitação e do envelope 2, que deverá conter a documentação relativa à proposta técnica.

**ENVELOPE Nº. 03 (IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE)
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014
PROPOSTA DE PREÇO**

ENDEREÇO COMPLETO; TELEFONE; E-MAIL; E, RESPONSÁVEL PARA CONTATO



8.2 - Ato contínuo proceder-se-á à abertura dos **Envelopes "3"**, PROPOSTA DE PREÇO, cuja documentação será rubricada pela Comissão de Seleção e Julgamento e pelos participantes.



8.2.1 - As Propostas de Preço serão julgadas quanto ao seu conteúdo, apurando-se o **ÍNDICE DE PREÇO (IP)** de cada participante.

8.2.2 - Será adotado, para efeito de avaliação da proposta de preço, o **FATOR MULTIPLICADOR IGUAL A 0,4 (zero vírgula quatro)**.

8.2.3 - A Comissão de Julgamento declarará o resultado final da classificação dos participantes habilitados, levando em conta a **MAIOR PONTUAÇÃO (MP)** de cada participante.

8.3 - Serão desclassificadas as propostas técnicas ou de preços:

- a) que não atendam às exigências deste Ato Convocatório;
- b) que apresentem Proposta de Preço com valor global ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados inclusive a Proposta com preços simbólicos ou irrisórios que se revelem incompatíveis com os custos dos insumos e encargos pertinentes;
- c) que apresentem Proposta de Preço com valor superior a 75% (setenta e cinco) ao do estimado e descrito no Termo de Referência.

9 - RECURSOS

9.1 - As decisões decorrentes deste Ato Convocatório cabem recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação das etapas previstas no Ato Convocatório quanto à habilitação ou inabilitação do interessado ou ao julgamento das propostas.

9.2 - Qualquer concorrente poderá manifestar, imediata e motivadamente, em Ata, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 05(cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais concorrentes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, assegurando-lhe vista imediata dos autos.

9.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 - A divulgação dos Recursos e Contrarrazões ocorrerão nos sites da AGB Peixe Vivo do CBH Rio das Velhas e IGAM.

9.5 - O recurso será dirigido ao representante legal da AGB Peixe Vivo e será decidido no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

9.6 - Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, salvo quando, por sua relevância, o dirigente da Entidade Equiparada, ou por delegação deste o dirigente responsável, entender conveniente a suspensão dos efeitos da decisão recorrida, podendo, inclusive, cancelar o Processo Seletivo.

10 - ADJUDICAÇÃO

10.1 - Após o julgamento das propostas, se todas as Concorrentes concordarem com o resultado e manifestarem expressamente que não vão interpor qualquer tipo de recurso, a Diretoria Geral da AGB Peixe Vivo adjudicará o objeto desta Seleção à concorrente vencedora, desde que observadas as disposições contidas neste Ato Convocatório. Não havendo manifestação expressa dos participantes, será obedecido o prazo legal previsto para recursos.

11 - HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Concluídas as fases anteriores a Diretoria Geral da AGB Peixe Vivo irá homologar o objeto desta Seleção.

11.2 - Homologada a seleção, a proponente vencedora será convocada para assinar o contrato após a comunicação por escrito da AGB Peixe Vivo.



12 - FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - Os pagamentos serão efetuados conforme previsto no Termo de Referência e Minuta de Contrato.

12.2 - No valor deverão estar inclusos os impostos sobre serviços e os encargos fiscais, previdenciários, sociais e trabalhistas, que recaírem sobre a Contratada, necessários a execução do serviço.

12.3 - O pagamento só será realizado após comprovada a realização e a entrega dos serviços contratados e aprovados acompanhados dos documentos de regularidade para com a Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, Secretaria da Receita Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, desde que não haja outra inadimplência contratual.

13 - PENALIDADES

13.1 - Em conformidade com o art. 86 da Lei nº 8.666/93 e as alterações que lhe foram introduzidas, o atraso injustificado na execução do objeto desta Seleção, sujeitará o Proponente Vencedor, a multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da Proposta.

13.1.1 - A multa a que alude o subitem anterior, não impede que a Contratante aplique as outras sanções previstas na mencionada lei.

13.2 - Nos termos do art. 87 da mesma Lei 8.666/93 e as alterações que lhe foram introduzidas, pela inexecução total ou parcial do objeto da Seleção a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Proponente Vencedora as seguintes sanções:

13.2.1 - advertência por escrito;

13.2.2 - multa de até 10% (dez por cento) do valor atualizado da Proposta;

13.2.3 - multas moratória e/ou indenizatória;

13.2.4 - suspensão temporária do direito de licitar com a AGB Peixe Vivo, não superior a 05 (cinco) anos;

13.2.5 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a 05 (cinco) anos;

13.2.6 - A multa moratória será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total dos serviços em atraso, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;

13.2.7 - A multa indenizatória poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato ou do Ato Convocatório, e, em especial, nos seguintes casos:

- a) recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;
- b) recusa de entregar o objeto, multa de 10% (dez por cento) do valor total;
- c) entrega do material/serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade, rendimento, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto.

13.2.8 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

13.2.9 - As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.2.10 - Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização a CONTRATANTE por perdas e danos;

13.2.11 - Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

13.2.12 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

- a) A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 8.666/93, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade;
- b) As multas estipuladas nesta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;
- c) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, podendo, ser descontado das Notas Fiscais por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente.



13.3 - A multa aplicada ao Proponente Vencedor será descontada pela Contratante dos pagamentos eventualmente devidos ou cobrada judicialmente.

13.4 - as multas a que se referem os itens anteriores sujeitam-se a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, as quais poderão ser descontadas nos pagamentos de notas fiscais pendentes ou depositadas diretamente no Banco do Brasil sendo tal depósito comprovado perante a Contratante.

13.5 - Ao proponente que apresentar documentação falsa será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta vencedora.

14 - INSTRUÇÕES GERAIS

14.1 - Os interessados poderão obter informação e esclarecimento relativo a esta Seleção será prestado pela AGB - Peixe Vivo, sediada à Rua Carijós, 166 - 5º andar - Centro, na cidade de Belo Horizonte/MG.

14.2 - Havendo dúvida sobre a legitimidade de documentos ou exequibilidade de proposta de preço, a Comissão de Julgamento poderá promover diligência específica.

14.3 - A Comissão de Seleção e Julgamento, por seu exclusivo critério, poderá a qualquer momento, com ou sem a interrupção da sessão de julgamento, promover diligência, cuja ocorrência e fundamentação será registrada em Ata correspondente, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de seleção correspondente a este Ato Convocatório, cujo não atendimento implicará, em qualquer fase, na inabilitação do participante;

14.4 - A diligência poderá, dentre outras hipóteses, no prazo improrrogável fixado pela Comissão de Seleção e Julgamento em até 72 (setenta e duas) horas:

- (a) solicitar a exibição dos respectivos originais para conferência com as cópias entregues;
- (b) objetivar o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de habilitação e classificação; ou
- (c) indagar ao participante sobre a legitimidade ou exequibilidade de sua proposta de preço, inclusive - se for o caso, a juízo da Comissão de Seleção e Julgamento - solicitando-lhe a composição discriminada do mesmo.

14.5 - É vedada, na fase de diligência, a solicitação pela Comissão de Seleção e Julgamento ou a apresentação por qualquer participante de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da habilitação ou das propostas técnica ou de preço. O não atendimento ao aqui estabelecido implicará na inabilitação do Participante.

15 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATORIO

15.1 - O pedido de Impugnação ao Ato Convocatório deverá ser protocolado até 03(três) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, por qualquer pessoa jurídica ou física, devendo ser julgados antes da homologação do processo de seleção, sem a promoção de efeito suspensivo imediato, e não impede a participação do impugnante.

15.2 - O pedido de Impugnação deverá ser apresentado, somente por escrito, ao Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento, cabendo-lhe prestar os esclarecimentos imediatamente, ou apreciar e decidir sobre o mérito no prazo de até 03 (três) dias após o recebimento.



15.3 - A Comissão de Seleção e Julgamento poderá acolher o mérito da Impugnação, ou se com ela não concordar, encaminhar o processo, devidamente instruído, ao Diretor Geral da AGB Peixe Vivo, para julgamento e decisão, respeitado o prazo de 03 (três) dias.



15.4 - Acolhido o mérito da Impugnação, as falhas apontadas serão corrigidas, designando-se nova data para o recebimento e abertura das propostas e documentação.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A participação na seleção implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Ato Convocatório e seus Anexos.

16.2 - A AGB Peixe Vivo reserva-se o direito de revogar ou anular o presente Ato Convocatório nas hipóteses previstas em lei, sem que caiba aos proponentes, direito a indenização ou reclamação de qualquer espécie.

16.3 - Eventuais omissões do presente Ato Convocatório serão resolvidas pela Comissão de Seleção e Julgamento da AGB Peixe Vivo.

16.4 - Os interessados poderão obter informação e esclarecimento relativo a esta Seleção de Fornecedores será prestado pela AGB Peixe Vivo, sediada à Rua Carijós, 166 – 5º andar, Centro, na cidade de Belo Horizonte/MG, ou pelos telefones (031) 3207-8507 e 3201.2368.

16.5 - Integra o presente Ato Convocatório os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CAFIMP - CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PROTEÇÃO AO MENOR

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

ANEXO VI - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO VII - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

AVISO IMPORTANTE – INSTRUÇÕES GERAIS DE MONTAGEM DAS PROPOSTAS

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2014.


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da AGB Peixe Vivo



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014

CONTRATO DE GESTÃO IGAM Nº 002/IGAM/2012



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CONTEXTUALIZAÇÃO	18
JUSTIFICATIVA.....	19
OBJETIVOS	22
1.1. Objetivo Geral	22
1.2. Objetivos Específicos	23
DIRETRIZES GERAIS	23
ESCOPO E DETALHAMENTO DE ATIVIDADES	24
1.3. Plano de Trabalho	25
1.4. Cadastro dos produtores e proposta para realização de reuniões, Cursos de Capacitação e Oficinas de Difusão	25
1.5. Elaboração de material para cursos, oficinas e material de divulgação	26
1.6. Evento de Encerramento	26
1.7. Ações de Mobilização Social.....	27
PRODUTOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO	27
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO	28
PERFIL DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA	28
FORMAS DE PAGAMENTO.....	29
OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	29
OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	30
CONTRATAÇÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO	31
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CAFIMP - CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.	32
E-mail.....	32
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PROTEÇÃO AO MENOR	33
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE.....	34
ANEXO VI - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	35
Formulário 1 - Experiência da empresa/entidade com relação aos serviços.....	36
Formulário 2 - Adequação da Proposta de Trabalho e Metodologia ao Termo de Referência	37
Formulário 3 - Composição da Equipe e Atribuição de Tarefas	38
Formulário 4 - Currículo da Equipe Chave Proposta	39
Formulário 5 – Atestados de capacidade técnica e/ou declaração e/ou instrumento equivalente da Equipe Chave	40
Formulário 6 - Cronograma de Trabalho	41
ANEXO VII - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO	42
ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.....	43
AVISO IMPORTANTE – INSTRUÇÕES GERAIS DE MONTAGEM DAS PROPOSTAS	49





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com inserção geográfica da Bacia do Rio Itabirito 24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atividades de cursos e reuniões 21

Tabela 2: Atividades de difusão das técnicas 21

Tabela 3: Atividades de divulgação das informações 21

Tabela 4- Cronograma de Entrega dos Produtos 28



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



AGB Peixe Vivo	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo
APP	Área de Proteção Permanente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBH Rio das Velhas	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CTPC	Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle.
DN	Deliberação Normativa
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
NBR	Normas Brasileiras
PDRH	Plano Diretor de Recursos Hídricos
PPA	Planos Plurianuais
SCBH	Subcomitê de Bacia Hidrográfica
TDR	Termo de Referência





1. INTRODUÇÃO

Os Subcomitês de Bacia Hidrográfica (SCBH) foram criados por meio da Deliberação Normativa (DN) 02/2004, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). A medida é uma reafirmação da descentralização da gestão das águas na bacia do Rio das Velhas, partindo do pressuposto de que a participação dos subcomitês permitiria a inserção dos atores locais qualificando os debates e análises sob a responsabilidade do CBH Rio das Velhas.

Os Subcomitês são, segundo o artigo 1º da DN 02/2004 do CBH Rio das Velhas, “grupos consultivos e propositivos”, com atuação nas sub-bacias hidrográficas do Rio das Velhas. Sua constituição, tal qual nos Comitês de Bacia, exige a presença de representantes da sociedade civil organizada, dos usuários de água e do poder público. *“Os subcomitês poderão ser consultados sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e, também, poderão levar ao conhecimento do CBH Rio das Velhas e dos órgãos e entidades competentes os problemas ambientais porventura constatados em sua sub-bacia”* (SEPULVEDA, 2006).

Desta forma, os subcomitês foram criados para incentivar a participação direta dos atores sociais nos processos de tomada de decisão. Sua atuação significa um grande avanço na representatividade e na articulação de entidades existentes nas sub-bacias do Rio das Velhas.

A Bacia do Rio Itabirito possui um subcomitê que é um grupo consultivo e propositivo, vinculado ao CBH Rio das Velhas, conforme Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 02/2004, com atuação na bacia hidrográfica do rio Itabirito, a qual compreende parte dos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Rio Acima.

A proposta de elaboração da primeira parte do projeto na bacia do rio Itabirito, afluente do rio das Velhas, se deu a partir da realização de oficina temática, ao final do ano de 2011, que teve por finalidade compreender e definir as ações que o subcomitê julga pertinentes, para solucionar ou minimizar problemas existentes em seu território de planejamento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Dentre as demandas apresentadas pelo Subcomitê Rio Itabirito (SCBH Rio Itabirito), consolidadas no Projeto “Conhecendo o Rio Itabirito”, destacaram-se a necessidade de levantamento das informações disponíveis sobre a Bacia do Itabirito, juntamente com a análise da qualidade da água dos principais afluentes associados às principais pressões ambientais existentes na bacia, além da identificação e mapeamento de focos degradadores e potenciais degradadores para os recursos hídricos, definição das relações entre os impactos e pressões ambientais identificados e suas respectivas causas, culminando com a elaboração de Plano de Ações para a melhoria da qualidade ambiental da bacia do rio Itabirito.

Essas demandas culminaram na contratação de um diagnóstico técnico das pressões e impactos ambientais existentes sobre recursos hídricos na bacia do rio Itabirito e elaboração de relatório técnico,



com o intuito de orientar gestores, usuários e habitantes da bacia, sobre as ações viáveis para serem implantadas a fim de se controlar as pressões e impactos diagnosticados.



As principais atividades do projeto foram:

- Levantamento de dados secundários provenientes do monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas na bacia do Rio Itabirito;
- Levantamento de dados secundários relativos à vazão na bacia do rio Itabirito para posterior desenvolvimento de estudos de regionalização da vazão de referência ($Q_{7,10}$).
- Levantamento de dados para caracterização da disponibilidade hídrica subterrânea na bacia do rio Itabirito correlacionada aos domínios hidrogeológicos mapeados na bacia.
- Levantamento da evolução dos usos outorgados na bacia do rio Itabirito para posterior confecção de um estudo contendo o balanço entre disponibilidade e demandas (superficiais e subterrâneas) nesta bacia.
- Coleta e análise de água para caracterização da influência da presença de focos erosivos na bacia e do despejo de esgoto sanitário nos cursos d'água.
- Elaboração e apresentação do material técnico denominado "Conhecendo o Rio Itabirito" que contem uma síntese do trabalho desenvolvido nos tópicos anteriores.
- Coleta e análise de água para caracterização da influência da presença de focos erosivos na bacia e do despejo de esgoto sanitário nos cursos d'água.
- Elaboração e apresentação do material técnico denominado "Conhecendo o Rio Itabirito" que contem uma síntese do trabalho desenvolvido nos tópicos anteriores.

Após algum tempo, com a ampliação das discussões no âmbito das instâncias do CBH Rio das Velhas, notadamente, da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC), com o início dos trabalhos de atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (PDRH-Rio das Velhas) e com a nova contextualização da elaboração de Projetos Hidroambientais demonstrativos na bacia, surge a oportunidade da realização da segunda etapa deste projeto.

3. JUSTIFICATIVA

Alterações na quantidade, distribuição e qualidade dos recursos hídricos podem ameaçar a sobrevivência humana e das demais espécies do planeta. O desenvolvimento econômico e social dos países está fundamentado na disponibilidade de água de boa qualidade e na capacidade de sua conservação e proteção (TUNDISI, 1999).

No Brasil, embora a água seja considerada recurso abundante, a preocupação com sua preservação é assunto relativamente recente. Foi instituída, em 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos por



meio da Lei nº 9.433/97, segundo a qual a *gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades*.



O Rio das Velhas é o maior afluente, em extensão, da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Sua extensão total é de 801 km e sua área é de 28.090 km². Na bacia estão inseridos totalmente ou parcialmente os territórios de 51 municípios, cujo somatório total da população é de aproximadamente 4,8 milhões de habitantes. (fonte: www.cbhvelhas.com.br)

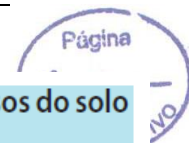
O Rio Itabirito, situado na parte alta da bacia do rio das Velhas, é um dos seus principais afluentes. Situada no domínio geológico e geomorfológico do Quadrilátero Ferrífero, a bacia contribui para o abastecimento de água de parte da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os usos do solo e as atividades humanas na área se constituem em pressões para os ambientes fluviais, as quais muitas vezes se refletem em consequências impactantes sobre as características físicas, químicas e/ou biológicas dos cursos d'água. É notada a presença de atividades de mineração, atividade agrossilvopastoril, captação de água para consumo humano e extração de areia nos cursos fluviais, bem como considerável quantidade de focos de erosão acelerada nas vertentes (OLIVEIRA et al., 2009).

Como produto da contratação anterior, foi elaborado Caderno Técnico intitulado "Conhecendo o Rio Itabirito", onde foram apresentadas, de forma simplificada, as conclusões e procedimentos relativos aos estudos realizados e as ações indicadas no Plano de Ação, para a melhoria da qualidade da água da bacia do Rio Itabirito.

Tendo como base as ações indicadas e em discussões com integrantes do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itabirito, foram selecionadas três grupos de atividades conforme detalhado nas Tabelas 1, 2 e 3 a seguir mostradas.



Tabela 1 - Atividades de cursos e reuniões



AÇÃO 02	Cursos e reuniões com produtores rurais sobre técnicas adequadas de usos do solo e proteção em áreas rurais;
Tipo	Proteção e Controle
Por que fazer	A atividade agrosilvopastoril, apesar de grande importância, pelo uso inadequado dados ao solo em locais propensos a deflagração de processos erosivos, vem se tornando um fator de pressão importante dentro da bacia. A conscientização e discussão sobre novas ações de manejo e gestão das terras rurais, poderá permitir o controle e novas técnicas adaptadas para a melhoria da qualidade ambiental da bacia.
Como fazer	Reuniões na sede do Subcomitê da Bacia do Rio Itabirito entre os entes municipais e produtores rurais para definição das prioridades de uso em áreas rurais e definição dos parâmetros e medidas de conservação e manejo de propriedades rurais possíveis de serem adotadas. Abordando: -Compatibilização do processo produtivo com a gestão das águas; -Mobilização os produtores para a preservação de nascentes e áreas de recarga nas propriedades rurais; -Mobilização e sensibilizar os produtores rurais para a preservação de áreas de APP; -Informação aos produtores sobre a classificação dos cursos d'água da sua região para que possam mantê-las preservadas.
Quem fará	CBH Rio das Velhas, com a colaboração do Subcomitê da bacia hidrográfica do Rio Itabirito, Prefeituras Municipais de Ouro Preto e Itabirito, EMATER, FAEMG, Associações de Produtores Rurais.
Onde	2A- Ao longo da média e baixa sub-bacia do Córrego Carioca (utilizada para abastecimento) onde observa-se atividades agropecuárias próxima as áreas com vocação a preservação dos recursos hídricos; 2B- Ao longo da baixa sub-bacia do Ribeirão Carioca com intensa atividade agropecuária próximo a vegetação de porte arbóreo.
Resultado esperado	Espera-se que a ação permita melhores práticas para produção em áreas rurais, padronizando usos e permitindo ações para a remediação, controle e preservação do solo.

Tabela 2 - Atividades de difusão das técnicas

AÇÃO 08	Difusão de técnicas de conservação e proteção do solo.
Tipo	Remediação, proteção e educação
Por que fazer	O processo de ocupação do solo em áreas rurais, se não realizado a partir de prioridades de manejo, gera o empobrecimento do solo, aumento do potencial erosivo e de carreamento de sedimentos e diminuição da vazão contínua do curso d'água.
Como fazer	Projeto Piloto de oficinas de difusão de usos e técnicas de manejo e proteção do solo nas áreas identificadas como de maior pressão por usos agropecuários.
Quem fará	CBH Rio das Velhas, Prefeitura, EMATER.
Onde	8A-Áreas rurais de uso agropecuário na subbacia do Ribeirão Carioca
Resultado esperado	Espera-se que a difusão das técnicas de uso e conservação do solo melhore o uso do solo em áreas rurais, controlando o transporte de sedimentos para os cursos d'água e proporcionando uma maior produtividade agropecuária.

Tabela 3 - Atividades de divulgação das informações



AÇÃO 11	Elaboração de material de divulgação das informações geradas neste trabalho para serem difundidas em escolas da Bacia do Rio Itabirito
Tipo	Educação
Por que fazer	Considera-se que as informações geradas neste trabalho são possíveis de serem trabalhadas como material paradidático nos cursos fundamentais e médios. Assim, por meio de processos educacionais formais, aumenta-se a capilaridade a divulgação das informações e à adesão da população às medidas e proposições do projeto.
Como fazer	Através de um projeto piloto, sugere-se a divulgação do caderno técnico "conhecendo o Rio Itabirito" junto à secretaria de educação, como material paradidático a ser trabalhado em sala de aula no eixo temático de meio ambiente, em uma escola previamente definida. Após esta etapa, aprimorar o processo e aplicar a ação nas demais escolas da bacia.
Quem fará	CBH Rio das Velhas e Prefeitura Municipal de Itabirito
Onde	11A- Sugere-se que essa ação seja feita junto ao ISAP - Instituto Santo Antônio de Pádua, pelo número expressivo de alunos que podem difundir a informação que receberem a um número maior de habitantes da bacia.
Resultado esperado	Difusão da informação entre os habitantes da bacia, despertando consciência sobre os principais problemas socioambientais e suas consequências, gerando maior respeito pelo meio ambiente e consequente preservação dos recursos naturais da bacia.

Entretanto, após avaliação por parte dos integrantes do subcomitê foi definido que a ação 11, descrita no quadro acima, seja desenvolvida junto às escolas CEMI – Centro Educacional Municipal de Itabirito e Escola Estadual do Intendente.

A AGB Peixe Vivo propõe contratar instituição ou empresa especializada que deverá realizar cursos e oficinas de capacitação dos produtores rurais da bacia, abordando técnicas adequadas de uso do solo, conservação e proteção em áreas rurais, sendo que os produtores rurais interessados deverão ser cadastrados previamente.

Cabe ressaltar que os materiais informativos e de divulgação deverão ser elaborados, tendo como base o Caderno Técnico "Conhecendo o Rio Itabirito". Tais materiais de divulgação deverão ser distribuídos em reuniões, a serem realizadas em toda a área da bacia.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, juntamente com membros do SCBH Rio Itabirito, deverão acompanhar o cadastramento dos produtores, bem como todo o processo de realização das reuniões e capacitação.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O presente Termo de Referência (TDR) tem o objetivo de subsidiar a contratação de instituição ou empresa especializada para realizar cursos de capacitação e oficinas de difusão dirigidos aos produtores rurais da bacia, abordando as técnicas adequadas de uso do solo, conservação e proteção em áreas rurais, com respectivas atividades de mobilização e divulgação de material informativo e articulação da educação para trabalhos socioambientais de adoção sub-bacias ou microbacias.

4.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos da contratação:

- Realizar Cursos juntamente com o Subcomitê da Bacia do Rio Itabirito envolvendo os entes municipais e os produtores rurais na discussão das prioridades de uso em áreas rurais e definição dos parâmetros e medidas de conservação e manejo de propriedades rurais, possíveis de serem adotadas, conforme definido na Tabela 1;
- Realizar Oficinas de Difusão de usos e técnicas agroecológicas de manejo e conservação nas áreas identificadas como de maior pressão pelos usos agropecuários, conforme definido na Tabela 2;
- Divulgar os resultados do Diagnóstico das Pressões Ambientais na Bacia do Rio Itabirito, especialmente do Caderno Técnico Conhecendo o Rio Itabirito, contribuindo para a difusão das informações, conforme definido na Tabela 3.
- Mobilizar as escolas municipais e estaduais na bacia visando a elaboração de projetos socioambientais nas escolas fortalecendo o pertencimento e monitoramento participativo de sub e microbacias.

5. DIRETRIZES GERAIS

A CONTRATADA deverá prestar seus serviços em permanente contato com representantes do SCBH Rio Itabirito e do CBH Rio das Velhas. A área de atuação da CONTRATADA compreenderá os municípios de Itabirito, Ouro Preto e Rio Acima (Figura 1), nas respectivas áreas contidas na bacia hidrográfica, com especial ênfase na bacia do Ribeirão Carioca.

A proximidade entre a CONTRATADA e o SCBH Rio Itabirito é importante no sentido de se obter ganhos e sinergia no desenvolvimento dos trabalhos, especialmente, na elaboração dos materiais gráficos, apostilhas, cartilhas e demais materiais de divulgação, assim como na escolha de datas e agendamento das reuniões.



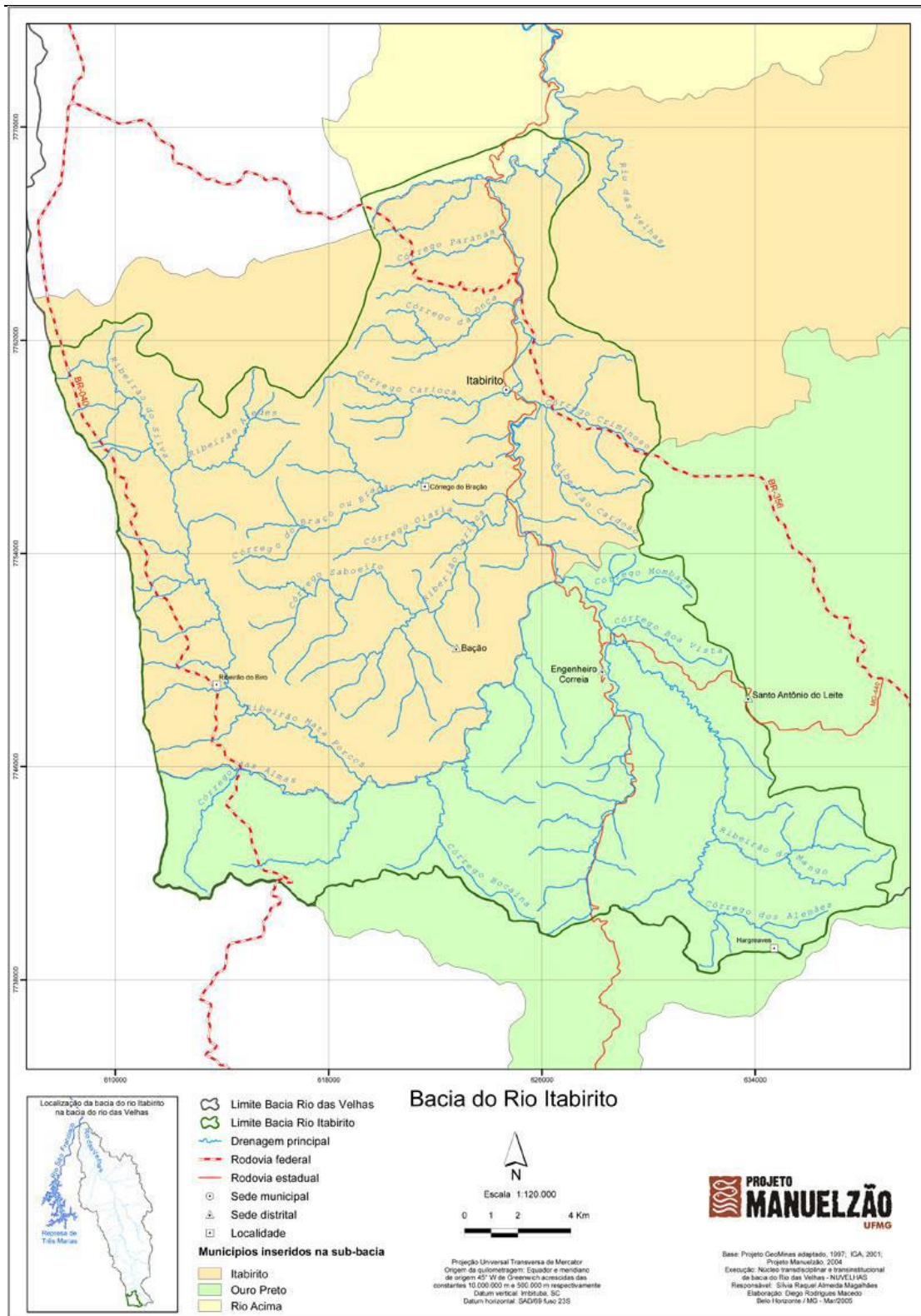


Figura 1 – Mapa com inserção geográfica da Bacia do Rio Itabirito

6. ESCOPO E DETALHAMENTO DE ATIVIDADES

A seguir são detalhados os conteúdos a serem abordados em cada uma das etapas e as respectivas atividades:



Reunião de partida para planejamento dos trabalhos e integração junto aos atores estratégicos

Como etapa inicial a CONTRATADA deverá reunir a equipe de trabalho envolvida na execução das tarefas previstas neste TDR junto aos técnicos da AGB Peixe Vivo e representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). Esta reunião tem por objetivo principal orientar em relação ao planejamento das ações previstas durante a realização do Projeto. A reunião deverá ocorrer até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Nessa reunião serão apresentados os meios de comunicação possíveis de uso pela CONTRATADA para com a comunidade, com os representantes do poder público local, com os membros do Subcomitê do Rio Itabirito e do Comitê do Rio das Velhas. Deverão ser indicados pelo CBH Rio das Velhas, ainda, os possíveis pontos fortes e pontos fracos que poderão influenciar diretamente na qualidade do trabalho a ser desenvolvido.

Deverá também a CONTRATADA, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço, encaminhar um documento para a AGB Peixe Vivo contendo o “Plano de Trabalho”. Este Plano de Trabalho deverá conter de forma discriminada as etapas e as atividades a serem desenvolvidas para a conclusão do Projeto, além do cronograma físico de execução das atividades de trabalho, de acordo com os prazos estabelecidos neste TDR.

6.1 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho, deverá conter no mínimo os seguintes elementos:

- Introdução e Contextualização;
- Justificativa dos serviços a serem executados;
- Metodologia a ser adotada para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Quantificação dos serviços a serem executados;
- Definição das responsabilidades de todos agentes envolvidos no processo;
- Apresentação de Equipe Técnica;
- Fluxogramas contendo fatores dificultadores e facilitadores, nas respectivas etapas dos trabalhos;
- Cronograma de execução.

6.2 Cadastro dos produtores e proposta para realização de reuniões, Cursos de Capacitação e Oficinas de Difusão

Como início efetivo dos trabalhos, prevê-se o cadastro de produtores (no máximo 100 participantes) que deverão se constituir no público selecionado para participação nos cursos e oficinas a serem ministrados e que serão detalhados a seguir. Deverão também ser cadastradas as escolas estaduais e municipais pertencentes à bacia para integrarem a rede escolar a ser trabalhada.



Deverá ser prevista a realização de **quatro reuniões** que abrangerão as comunidades contempladas neste Projeto, visando possibilitar a participação de um maior número de envolvidos nos eventos propostos. A definição de datas e locais deverá ser acordada entre a CONTRATADA e o CBH Rio das Velhas.



6.3 Elaboração de material para cursos, oficinas e material de divulgação

São os seguintes os materiais de instrução e de divulgação:

- Material Didático para Curso sobre “Técnicas Adequadas de Uso do Solo e Proteção em Áreas Rurais”
– 100 (cem) Apostilas impressas, com no mínimo 20 (vinte) páginas, inclusive ilustrações, para a realização de 10 (dez) cursos presenciais de 04(quatro) horas/aula cada, totalizando 40(quarenta) horas/aula. As apostilas deverão ter o seguinte conteúdo mínimo: i) Compatibilização dos processos produtivos com o gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas; ii) Preservação de nascentes e das áreas de recarga hídrica; e iii) Poluição, classes de qualidade das águas e usos prioritários.

- Material Didático (cartilha) para Oficina de “Difusão de Uso e Técnicas de Manejo e Proteção do Solo” – 100 (cem) Cartilhas impressas, com esquemas, fotos ilustrativas e textos apropriados para serem distribuídos aos participantes das 05 (cinco) Oficinas práticas, em campo, quando deverão demonstradas as técnicas de terraceamento, plantio direto e demais técnicas agroecológicas, utilizadas para o correto manejo de culturas e solo. As Oficinas a serem desenvolvidas em locais previamente escolhidos, terão a duração de 04 (quatro) horas/ aula cada, totalizando 20 (vinte) horas /aula. Estima-se a participação do total de 100 alunos/aprendizes.

As atividades das Oficinas de Difusão deverão ser documentadas, fotografadas e filmadas e se constituirão em material de divulgação a ser utilizado na etapa seguinte.

- Material para Divulgação do Projeto “Conhecendo o Rio Itabirito” e das “Oficinas com as escolas para adoção de microbacias e sub-bacias” – Deverão ser reproduzidas 100 (cem) cópias do Caderno “Conhecendo o Rio Itabirito” e deverão ser elaborados Folders (200 unidades formato A4 dobrável), Banners (10 unidades) alusivos ao Projeto (Parte 1 – Diagnósticos e Parte 2 – Curso e Oficinas), para divulgação em palestras a serem ministradas em 04 (quatro) reuniões a serem agendadas em escolas da região, utilizando-se das fotos e filmagens realizadas durante as Oficinas.

6.4 Evento de Encerramento

A Reunião de Encerramento prevista tem como objetivo a apresentação dos resultados do Projeto, lições aprendidas e planejamento de futuras ações para recuperação da bacia do Rio Itabirito.

A reunião poderá ser organizada contemplando o calendário anual de reuniões ordinárias do SCBH do Rio Itabirito, aproveitando a logística para discussão do desenvolvimento do Projeto em questão.



6.5 Ações de Mobilização Social



É preponderante que haja, ininterruptamente, ao longo dos trabalhos a divulgação dos méritos deste Projeto junto às populações que estarão envolvidas.

Os trabalhos de divulgação permeiam não somente a presença e comunicação dos profissionais de campo da CONTRATADA nos locais de trabalho, mas, também fazem menção às atividades de sensibilização e de educação socioambiental nas comunidades existentes.

Nesse aspecto é de inquestionável importância que a CONTRATADA promova sua articulação junto ao CBH Rio das Velhas, ao Subcomitê do Rio Itabirito e às secretarias municipais de educação e prefeituras a fim de garantir o sucesso das ações atuais e futuras, já que, o objetivo maior é materializar as medidas que irão efetivar a revitalização da bacia e proporcionar a melhoria da qualidade hídrica.

Os canais de comunicação e relacionamento que propiciarão as ações mobilizadoras socioambientais deverão ser debatidos e alinhados entre a CONTRATADA e o CBH Rio das Velhas. Em termos práticos, significa que logo ao início da contratação, a CONTRATADA deverá estabelecer meios de contato com o CBH Rio das Velhas, que, por sua vez, se encarregará de intermediar a comunicação e integração entre a empresa, o SCBH do Rio Itabirito e as comunidades rurais envolvidas.

Uma dessas reuniões deverá ser organizada para o lançamento do Projeto, de preferência no início dos trabalhos, para apresentação da CONTRATADA e do Projeto às comunidades com o intuito de sensibilizá-las e informá-las sobre os benefícios a serem implantados e torná-las agentes participantes de todo o processo de recuperação da Bacia do Rio Caeté/Sabará.

As datas previstas para a realização das reuniões deverão constar do Plano de Trabalho da CONTRATADA e deverão ser acertadas entre a AGB Peixe Vivo e o CBH Rio das Velhas.

O CBH Velhas será responsável por auxiliar na divulgação das reuniões e também por mobilizar o Sub Comitê e seus integrantes, além de toda a comunidade para participação.

7. PRODUTOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

PRODUTO 1: A CONTRATADA deverá entregar em até **30 (trinta) dias** após a emissão de Ordem de Serviço, o Produto 1, que constará de um **Plano de Trabalho**, no formato de um Relatório Técnico descrevendo a estratégia a ser adotada para a execução dos serviços, as articulações iniciais já desenvolvidas, as datas sugeridas para a realização das reuniões e a metodologia adaptada, tendo em vista os contatos iniciais realizados com as comunidades.

PRODUTO 02: A CONTRATADA deverá entregar em até **60 (sessenta) dias** após a emissão de Ordem de Serviço, o Produto 2, que constará do **Cadastro dos Produtores e Escolas para Proposta de Realização de Reuniões e Oficinas de Difusão**, no formato de um Relatório Técnico referente ao cadastro dos produtores interessados na capacitação identificados na área de abrangência definida no escopo deste Projeto que abrange a Bacia do Rio Itabirito, localizada em parte dos nos municípios de Itabirito, Ouro Preto e Rio Acima.



PRODUTO 03: Material de Divulgação: entregue até **120 (cento e vinte) dias** após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço. Os materiais a serem produzidos constam no item 6.3 deste TDR.



PRODUTO 04: Realização dos Cursos Previstos: realizados até **150 (cento e cinquenta) dias** após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço. Os conteúdos dos Cursos constam no item 6.3 deste TDR.

PRODUTO 05: Realização das Oficinas Previstas: realizadas até **180 (cento e oitenta) dias** após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço. Os conteúdos das Oficinas constam no item 6.3 deste TDR.

PRODUTO 06: Apresentação de resultados e Reunião de Enceramento: Reuniões realizadas até **210 (duzentos e dez) dias** após a assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço. Os conteúdos das Reuniões constam no item 6.3 e 6.4 deste TDR.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SUGERIDO

Para o desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste Termo de Referência, estima-se o **prazo de 07 (sete) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, de acordo com o seguinte cronograma de execução da Tabela 4.

Tabela 4- Cronograma de Entrega dos Produtos

Descrição das Atividades	Meses de Execução						
	1	2	3	4	5	6	7
Produto 1	X						
Produto 2	X	X					
Produto 3		X	X	X			
Produto 4		X	X	X	X		
Produto 5			X	X	X	X	
Produto 6							X

9. PERFIL DA EMPRESA E DA EQUIPE TÉCNICA

A empresa ou entidade que se habilitar à execução dos trabalhos especificados no presente TDR deverá comprovar capacidade de desenvolver trabalhos similares na área. Deverá dispor de técnicos especializados e capacitados para a tarefa, com comprovação conforme previsto no edital desta licitação.

Para o desenvolvimento dos trabalhos é requerido que a CONTRATADA mobilize uma Equipe-Chave **mínima** composta de, pelo menos **04 (quatro) profissionais de nível superior**, que deverão atuar



proporcionalmente às demandas requeridas para cumprimento dos escopos dos respectivos produtos, e que apresentem os seguintes perfis:



- 01(um) profissional de nível superior, e comprovada **experiência de no mínimo 03 (três) anos em coordenação ou desenvolvimento de cursos e oficinas de treinamento, capacitação ou atividades similares comprovados por meio de atestados técnicos;**
- 01(um) profissional formado em Agronomia, ou Engenharia Florestal, ou Engenharia Agrícola, ou Engenharia Ambiental, ou Pedagogia, ou Geografia e comprovada **experiência de em elaboração ou desenvolvimento de trabalhos de campo, comprovados por meio de atestados técnicos;**
- 02 (dois) profissionais de nível técnico ou superior e comprovada experiência **em trabalhos de mobilização social e educação ambiental;**

Poderão completar a equipe-chave e atuar de maneira a auxiliar na condução dos trabalhos, a seguinte equipe de apoio:

- 02 profissionais de nível técnico ou superior (palestristas) para auxiliar nas atividades dos cursos e oficinas;
- 02 profissionais de nível técnico ou superior para auxiliar nas atividades de campo.

10. FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados será efetuado em até **15 (quinze)** dias após a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com a apresentação de documentação fiscal, que deverá ser emitida após a aprovação dos produtos com autorização da Diretoria Executiva da AGB-Peixe Vivo.

Os pagamentos serão realizados pela AGB Peixe Vivo, de acordo com o previsto e mostrado a seguir:

- 10% (dez por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 1 aprovado;
- 20% (vinte por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 2 aprovado;
- 20% (vinte por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 3 aprovado;
- 20% (vinte por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 4 aprovado.
- 20% (vinte por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 5 aprovado.
- 10% (dez por cento) do valor global dos serviços, com a entrega do Produto 6 aprovado.

O pagamento será efetuado pela AGB Peixe Vivo, com recursos financeiros da cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas inscritos no Plano de Aplicação vigente, e provenientes do Contrato de Gestão firmado entre o IGAM e a AGB Peixe Vivo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Realizar os trabalhos contratados conforme especificado neste Termo de Referência e de acordo com Cláusulas estipuladas em Contrato;
- ✓ Fornecer informações à Diretoria Técnica da AGB Peixe Vivo, sempre que solicitado, sobre os trabalhos que estão sendo executados;
- ✓ Comparecer às reuniões previamente agendadas, munido de informações sobre o andamento dos Produtos em elaboração.



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Disponibilizar documentos e informações necessárias à execução dos serviços contratados, conforme especificado e citado neste Termo de Referência;
- ✓ Realizar os pagamentos relativos aos Produtos entregues e aprovados, conforme estipulado no item 11 deste TDR e Cláusulas Contratuais pertinentes.



13. CONTRATAÇÃO

O Contrato será elaborado pela AGB Peixe Vivo, com recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o IGAM, inscritos no Plano de Aplicação vigente, condicionados à disponibilidade financeira. Será selecionada a Pessoa Jurídica que possuir perfil técnico adequado para as atividades propostas e apresentar a melhor proposta técnica e financeira, tendo em vista a previsão dos custos estimados à execução dos serviços correspondente ao valor máximo de **R\$ 348.880,96** (trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e e oitenta reais e noventa e seis centavos).

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CBH RIO DAS VELHAS. Plano diretor de recursos hídricos da Bacia do Rio das Velhas. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/arquivos/plano_diretor_completo.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2011.

SEPULVEDA, R. O, Subcomitês como proposta de descentralização da gestão das águas na bacia do Rio das Velhas: o Projeto Manuelzão como fomentador. Cadernos Manuelzão. V. 1, nº 2, Belo Horizonte: Projeto Manuelzão, 2006.

CBH RIO DAS VELHAS. Diagnóstico das Pressões Ambientais na Bacia do Rio Itabirito. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/arquivos/plano_diretor_completo.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2011.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 39.692, de 29 de junho de 1998. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.** Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 de jun. 1998.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999. Política Estadual de Recursos Hídricos.** Diário do Executivo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 de janeiro de 1999.

TUNDISI, J.G. *Limnologia do século XXI: perspectivas e desafios*. São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, IIE, 1999. 24 p.



ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.



Prezados Senhores:

Credenciamos o (a) Sr(a) portador (a) do RG nº.....e CPF nº....., nosso(a) bastante PROCURADOR(a) para representara Empresa ou entidade inscrita no CNPJ sob nº para o **ATO CONVOCATÓRIO nº 007/2014** da AGB Peixe Vivo, a quem outorgamos poderes para assinar e rubricar todos os documentos, impugnar, receber intimações e notificações, tomar ciência de decisões, acordar, transigir, interpor recursos ou desistir da interposição de recursos, enfim praticar todo e qualquer ato necessário a perfeita representação ativa do outorgante em qualquer fase do certame.

....., de de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:



15.

**16. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CAFIMP - CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.**



Declaramos, em atendimento ao previsto na Seleção em epígrafe, que não estamos impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, conforme determina a Lei Estadual nº 13.994/2001, regulamentado pelo Decreto nº 45.902/2012.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail





ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PROTEÇÃO AO MENOR

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTº 7 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.**

Declaramos, em atendimento ao previsto na Seleção em epígrafe, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:





ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu
representante legal o _____ (a) Sr.
(a) _____, portador do Documento
de Identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o Nº _____, **DECLARA**
possuir instalações, equipamentos, materiais e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a
execução do objeto da seleção em epígrafe.
_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:



ANEXO VI - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.



Ao: *[Nome e Endereço do Contratante]*

Prezados Senhores,

Nós, abaixo assinados, oferecemos *[insira a especificação do serviço/objeto a ser contratado]*, de acordo com o ATO CONVOCATÓRIO Nº _____/2014. Por meio deste documento, apresentamos a nossa oferta que inclui esta Proposta Técnica (**envelope "2"**) e uma Proposta de Preços (**envelope "3"**), contidas em envelopes separados e lacrados.

Declaramos que todas as informações e afirmações nesta Proposta são verdadeiras e aceitamos que qualquer equívoco nela contido poderá resultar em nossa desqualificação.

Se a nossa Proposta for aceita, comprometemo-nos a iniciar os serviços referentes ao trabalho contratado após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço.

Estamos cientes de que V.Sas. não são obrigados a aceitar nenhuma das propostas recebidas.

Atenciosamente,

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:





Formulário 1 - Experiência da empresa/entidade com relação aos serviços

[Forneça aqui uma breve descrição dos antecedentes e da organização de sua empresa ou entidade, e de cada um dos associados que participarão da execução deste trabalho.]

[Utilizando o formulário abaixo, forneça informações sobre cada serviço para o qual a sua empresa e cada um de seus associados foram legalmente contratados para a execução do referido trabalho, na qualidade de firma individual, entidade corporativa ou de uma das principais empresas/entidades de uma associação para prestar serviços semelhantes aos solicitados para este trabalho.]

Especificação do serviço:	Valor aproximado do contrato (em R\$):
País: Localização no país:	Duração do serviço (meses):
Nome do Cliente:	Nº total de profissionais que trabalharam no serviço:
Endereço:	
Data de início (mês/ano): Data de conclusão (mês/ano):	Nº total de profissionais-mês fornecidos pelos empresa/entidade:
Nome dos Consultores e/ou empregados associados (se houver):	Nomes e cargos da equipe de profissionais em cargo de chefia da sua empresa envolvidos (indicar os perfis mais significativos, como por exemplo, Diretor ou Coordenador do Projeto, Chefe da Equipe):
Descrição do projeto:	
Descrição dos serviços efetivamente prestados pela sua equipe neste trabalho:	

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

OBS - A empresa e/ou entidade deverá anexar junto ao **Formulário 1** documentos comprobatórios da experiência, tais como Atestados de capacidade técnica operacional comprovando que a concorrente tenha executado ou executa serviço com características e quantidades semelhantes ou superiores ao objeto do presente Ato Convocatório, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Para efeito desta condição, só serão aceitos atestados de capacidade técnica que comprovem:

- i) A prestação satisfatória dos serviços.
- ii) O período da prestação dos serviços;
- iii) O atestado apresentado deverá informar o quantitativo dos itens fornecidos.
- iv) O Atestado deverá ser apresentado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 1) Razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
 - 2) Descrição do objeto contratado;
 - 3) Prazo de execução do trabalho, e;
 - 4) Assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Estes dados poderão ser utilizados pela AGB Peixe Vivo para comprovação das informações.



Formulário 2 - Adequação da Proposta de Trabalho e Metodologia ao Termo de Referência



[Apresente e justifique aqui quaisquer sugestões de modificação ou aperfeiçoamento nos Termos de Referência para melhorar a execução do serviço em no máximo 30 (trinta) páginas (como, por exemplo, acrescentar alguma outra ou propor etapas diferentes para as atividades). Essas sugestões deverão ser concisas, objetivas e incorporadas à sua proposta].



Formulário 3 - Composição da Equipe e Atribuição de Tarefas



Equipe Chave		
Nome	Área de especialização	Atribuição de Tarefas



Formulário 4 - Currículo da Equipe Chave Proposta



1. **Atividade proposta** *[Deverá ser indicado apenas um candidato para atividade]:* _____
2. **Nome da empresa ou entidade** *[Insira o nome da empresa ou entidade que propõe o profissional]:* _____
3. **Nome do profissional** *[Insira o nome completo]:* _____
4. **Data de nascimento:** _____ **Nacionalidade:** _____
5. **Formação** *[Indique a faculdade/universidade e outra formação especializada do membro da equipe, fornecendo os nomes das instituições, as graduações e datas de sua obtenção]:* _____
6. **Outras áreas de especialização** *[Indique as áreas de especialização significativas desde a graduação, de acordo com o item 5]:* _____
7. **Filiação em associações profissionais:** _____
8. **Histórico de trabalho:** *[Iniciando pelo cargo atual, relacione em ordem inversa todos os cargos ocupados pelo membro da equipe desde a graduação, informando para cada um deles: as datas de entrada e saída do emprego, o nome do empregador/contratante e os cargos ocupados (veja o modelo abaixo)].*

De [Ano]: _____ até [Ano]: _____
 Empregador/contratante: _____
 Cargos ocupados: _____

9. Trabalhos realizados que melhor ilustram a capacidade para executar as tarefas atribuídas
[Entre os trabalhos realizados pelo membro da equipe, forneça as seguintes informações sobre aqueles que melhor exemplificam sua capacidade para executar os serviços.]

Especificação do serviço ou projeto: _____
 Ano: _____
 Local: _____
 Cliente: _____
 Cargos ocupados: _____
 Atividades realizadas: _____

10. Declaração:

Eu, abaixo assinado, declaro que segundo meu conhecimento e entendimento este currículo descreve de modo correto o meu perfil, qualificações e experiência. Estou ciente de que qualquer informação falsa intencionalmente prestada neste documento poderá levar à minha desqualificação ou dispensa do trabalho, em caso de ter sido contratado.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura:
 Nome:

Assinatura (Representante Legal):
 Nome completo do representante legal da empresa ou entidade:

*[Apresente no **máximo 03 (três) páginas por currículo.**]*



Formulário 5 – Atestados de capacidade técnica e/ou declaração e/ou instrumento equivalente da Equipe Chave

Os Atestados de capacidade técnica e/ou declaração e/ou instrumento equivalente devem comprovar que o proponente executou ou executa serviço com características e quantidades semelhantes ou superiores ao objeto do presente Ato Convocatório, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Para efeito desta condição, só serão aceitos atestados/documentos que comprovem:

- i) A prestação satisfatória dos serviços.
- ii) O prazo de execução e período da prestação dos serviços;
- iii) O atestado/documento apresentado deverá informar o quantitativo dos itens fornecidos.
- iv) O Atestado deverá ser apresentado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 1) Razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
 - 2) Descrição do objeto contratado; e;
 - 3) Assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado.





Formulário 6 - Cronograma de Trabalho

ATIVIDADE ¹	MESES ²							
	1	2	3	4	5	6	

¹ Indique todas as principais atividades do serviço, incluindo a entrega de relatórios (por ex.: relatórios parciais e relatórios técnicos) e outros pontos de referência, como as aprovações do Contratante. No caso das tarefas a serem executadas em etapas, especifique separadamente as atividades, a entrega de relatórios e os pontos de referência de cada etapa.

² A duração das atividades deve ser indicada no formato de um gráfico de barras.



ANEXO VII - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.



Ao: *[Nome e Endereço do Contratante]*

Prezados Senhores,

Nós, abaixo assinados, oferecemos a prestação de serviços [insira a especificação do serviço], de acordo com o ATO CONVOCATÓRIO N°xxxx/2014. A Proposta de Preço foi avaliada em [Insira o valor em algarismos e por extenso], para execução dos serviços em até XX (XXXX) meses, tendo a mesma vigência até xx (xxxx) meses a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

Comprometemo-nos, se nossa proposta for aceita, a efetuar a completa prestação do serviço em conformidade o Termo de Referência (Anexo I do Ato Convocatório) e Proposta de Preço.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de **90 [noventa] dias** após a data da apresentação das propostas. Esta proposta é um compromisso vinculatório para nós e pode ser aceita a qualquer tempo antes do término daquele prazo.

Estamos cientes de que V. Sas. não são obrigadas a aceitar a proposta de menor valor ou qualquer outra proposta que venham a receber.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura (Representante Legal):

Nome legível:

Nome da empresa ou entidade:

CNPJ da empresa ou entidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail::



ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO
ATO CONVOCATÓRIO Nº 007/2014.
CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/IGAM/2012.



CONTRATO Nº ____ DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO
À GESTÃO BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO – AGB
PEIXE VIVO E _____.

A Associação Executiva de Apoio à Gestão Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo, sediada Rua dos Carijós, nº 166 - 5º andar - Centro - Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.226.288/0001-91, neste ato representada por sua Diretora Geral Célia Maria Brandão Fróes, brasileira, XXXXX, XXXXXX, portador da C.I. nº XXXXXXXXXXXXX, expedida por XXXXX, e do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representado por....., eestabelecida CNPJ....., representada por, neste contrato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato fornecimento de serviços em conformidade com a Seleção modalidade Coleta de Preços, nº....., Ato Convocatório nº00/2014, e com a proposta respectiva, nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM n.º 1.044, de 30 de outubro de 2009, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto....., conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Ato Convocatório/2014 e Anexos, que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O preço do presente contrato é de R\$ (mil reais), no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de acordo com os Termos de Referência e Proposta apresentada sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Oitava deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta ou por ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em qualquer instituição bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de aceitação dos itens entregues e acompanhados dos documentos fiscais atualizados, bem como após a entrega dos seguintes documentos, desde que não haja inadimplência contratual:

- I - de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual,
- II - de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal juntamente com o comprovante de recolhimento do ISS;
- III - de regularidade fiscal para com a Secretaria da Receita Federal;
- IV - de regularidade fiscal relativas às Contribuições Previdenciárias;
- V - regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Dos pagamentos devidos à CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter ou deduzir:

- a) o valor das multas porventura aplicadas;



- b) os valores correspondentes aos eventuais danos causados à CONTRATANTE por prepostos da CONTRATADA;
- c) os tributos ou outros encargos fiscais previstos em Lei ou qualquer outro instrumento legal que, por força destes, a CONTRATANTE deva fazer a retenção e o recolhimento da exação;
- d) valores por produtos entregues de forma parcial, na mesma proporcionalidade da execução.



PARÁGRAFO SEGUNDO

Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição de qualquer serviço, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO

O reajustamento dos preços, após 12 (doze) meses, dar-se-á de acordo com observância do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

PARÁGRAFO QUINTO

É vedada a alteração dos preços, exceto nas hipóteses, expressamente, previstas na legislação aplicável, de forma a manter e assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato a ser celebrado, em consonância com os termos e condições.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 40 da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária CONTRATO DE GESTÃO IGAM Nº 003/2012, no presente exercício, e pelos equivalentes, no exercício subsequente e estarão condicionadas à disponibilidade financeira do Contrato de Gestão mencionado, de acordo com Plano de Aplicação Plano de Aplicação (PPA) 2013-2014:

ENQUADRAMENTO: Plano de Aplicação (PPA)

Componente: III - Programas e Ações de Planejamento

Ação Programada: III.2.1.1 (Implantação de projetos ambientais demandados pelos SCBH)

Atividade: contratação de instituição ou empresa especializada para realizar cursos de capacitação e oficinas de difusão dirigidos aos produtores rurais da bacia, abordando as técnicas adequadas de uso do solo, conservação e proteção em áreas rurais, com respectivas atividades de mobilização e divulgação de material informativo e articulação da educação para trabalhos socioambientais de adoção sub-bacias ou microbacias.

Categoria: 92,5%

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA

- a) executar os serviços dentro de assentados conceitos éticos e de boa técnica, envidando todos os esforços no sentido de melhor atingir os objetivos da contratação;
- b) empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem o exercício profissional;



- c) submeter à CONTRATANTE pedido de substituição do profissional destacado para execução dos serviços previstos neste Contrato, o profissional substituto deverá atender as mesmas exigências de capacidade técnica previstas no Anexo I do respectivo Ato Convocatório;
- d) responder integralmente tanto pela reparação de quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, como também pela reparação ou indenizações devidas ao seu pessoal, empregado ou contratado, ou ainda a terceiros, por acidentes ou doenças, quando decorrentes da execução do objeto deste Contrato, resultantes de ação ou omissão de atos de sua responsabilidade;
- e) não transferir a execução do objeto desta contratação, nem substabelecer, sem prévio consentimento e autorização expressa da CONTRATANTE;
- f) zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos disponibilizados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços ora contratados, lhes dando tratamento reservado;
- g) assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com a CONTRATANTE;
- h) manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no Ato Convocatório;
- i) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência de falhas ou impropriedades que possam comprometer a execução dos serviços contratados;
- j) solicitar à CONTRATANTE, a tempo e modo, quaisquer providências necessárias para assegurar, de forma eficaz e eficiente, a execução do objeto deste contrato;
- k) manter a CONTRATANTE permanentemente informada sobre o andamento de todos os procedimentos a serem implementados ou já em tramitação, por escrito ou por correio eletrônico;
- l) não assumir qualquer responsabilidade ou obrigação em nome da CONTRATANTE, sem que para isso esteja prévia e formalmente autorizada;
- m) corrigir, às suas expensas, no total ou em parte e a qualquer tempo durante a vigência do contrato, quaisquer omissões, vícios, defeitos ou incorreções referentes ao seu objeto quando verificadas, para atender as necessidades específicas da CONTRATANTE correlacionadas à sua execução; e,
- n) designar um representante perante a CONTRATANTE para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato.



II - DA CONTRATANTE

- a) proporcionar ao pessoal técnico da CONTRATADA todas as facilidades operacionais e condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes à execução dos serviços;
- b) disponibilizar para a CONTRATADA, a tempo e modo, todas as informações, documentos ou quaisquer outras solicitações necessárias à defesa de matérias do seu interesse;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- d) efetuar o pagamento, no prazo e nos termos deste Contrato;
- e) proceder às retenções de tributos ou outros encargos fiscais previstos em lei, devendo providenciar o repasse ao órgão ou entidade credora na forma e condições previstas na legislação de regência;
- f) comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência; e,
- g) notificar a CONTRATADA quando da ocorrência de alguma irregularidade, fixando-lhe prazo para saná-la, quando for o caso.





CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de duração do presente Contrato é de () meses, com vigência a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 alterada pela Lei 9.648/98, sempre mediante Termo Aditivo não sendo admitida, em hipótese alguma a forma tácita.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as seguintes penalidades:

1 – Em conformidade com o art. 86 da Lei nº 8.666/93 e as alterações que lhe foram introduzidas, o atraso injustificado na execução do objeto contratado, sujeitará a CONTRATADA, a multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da Proposta de Preço.

1.1 - A multa a que alude o subitem anterior, não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente.

2 – Nos termos do art. 87 da mesma Lei nº 8.666/93 e as alterações que lhe foram introduzidas, pela inexecução total ou parcial do objeto da Seleção a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - advertência;

2.2 - multa de até 10% (dez por cento) do valor atualizado da Proposta.

2.3 - advertência que será aplicada sempre por escrito;

2.4 – multas moratória e/ou indenizatória;

2.5 - suspensão temporária do direito de licitar com a AGB Peixe Vivo;

2.6 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

2.7 - A multa moratória será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total dos serviços em atraso, por dia de atraso no fornecimento dos serviços..

2.8 - A multa indenizatória poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato ou do Ato Convocatório, e, em especial, nos seguintes casos:

recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;

recusa de entregar o objeto, multa de 10% (dez por cento) do valor total; c– entrega do material/serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade, rendimento, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto.

2.9 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

2.10 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato..

2.11 - Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização a contratante por perdas e danos;

2.12 - Indenização à contratante da diferença de custo para contratação de outro concorrente;

2.13 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a) A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

b) As multas estipuladas nesta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

c) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à contratante no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente.

3 - As multas sujeitam-se a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, as quais poderão ser descontadas nos pagamentos pendentes ou, depositadas diretamente no Banco do Brasil sendo tal depósito comprovado perante a Contratante.



4 – A CONTRATADA que apresentar documentação falsa será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.



PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da legislação aplicável das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As multas estipuladas nesta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE,.....

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM n.º 1.044, de 30 de outubro de 2009, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, combinado com o Art. 78 da mesma Lei e Resolução Conjunta SEMAD/IGAM n.º 1.044, de 30 de outubro de 2009.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DIREITOS DE AUTORIA E PROPRIEDADE

A CONTRATADA entregará à CONTRATANTE todos os resultados dos serviços, incluindo todos os arquivos digitais, as memórias de trabalho, as informações obtidas e geradas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, os quais serão de propriedade da CONTRATANTE. O uso deles por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela mesma. Deverão ser entregues à CONTRATANTE na medida em que forem sendo concluídos. Ao



final dos trabalhos será feita verificação desse acervo. Todos os documentos deverão ter apresentação estética de bom nível, com fácil identificação, data, título, sumário e demais itens necessários a sua compreensão e arquivamento.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato no endereço eletrônico da AGB Peixe Vivo, www.agbpeixevivo.org.br e no endereço eletrônico do Comitê de Bacia Hidrográfica e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2015.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome (Representante Legal):

Nome (Representante Legal):

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

CI: _____

CI: _____



AVISO IMPORTANTE – INSTRUÇÕES GERAIS DE MONTAGEM DAS PROPOSTAS



Todas as propostas deverão ser **NUMERADAS**.

Todas as propostas em que as folhas dos documentos tiverem o verso em branco deverão ser carimbadas no respectivo verso a inscrição **BRANCO**.

Todas as propostas com mais de 200 (duzentas) páginas deverão ser apresentadas em **PASTA AZ-OFÍCIO**.

Todas as propostas com menos de 200 (duzentas) páginas devem ser apresentadas com 02(dois) furos centrais e grampos trilho plástico etc.

O não atendimento destas condições não poderá ser levado em consideração para desabilitar ou desclassificar qualquer concorrente.

